

Os tristes resultados da aventura irresponsável

A cada dia que passa nesta penosa retomada de contatos entre os representantes do governo da "Nova" República e a comunidade financeira internacional, os brasileiros vão tendo uma visão mais nítida dos tremendos danos causados à imagem do País — e não só a ela — pela irresponsabilidade de homens como o sr. Dilson Funaro e os chamados economistas do PMDB ao lançarem o Brasil na inadimplência e, depois, numa moratória de fato que fantasiaram demagogicamente de voluntária, procurando explorá-la politicamente para encobrir seu estrondoso fracasso. O próprio substituto de Funaro acaba de confirmar isso — talvez inadvertidamente — no discurso que pronunciou ontem — adivinhem onde — no FMI! Fica assim oficialmente desmoralizada mais uma das criações da mitologia do grupo que, montado numa arrogância que já prenunciava a sua fraqueza, acreditava que porque conseguiu, aqui dentro, enganar a muitos substituindo competência e seriedade por discursos retumbantes recheados de jargões ideológicos, conseguiria enganar o mundo inteiro pelo mesmo expediente.

A hora da verdade surge para o Brasil de modo cru e desanimador: o País está isolado no universo dos devedores — que aproveitaram a insegurança despertada na comunidade financeira internacional pelas bravatas peemedebistas para obterem acordos vantajosos para suas próprias dívidas — e mais isolado ainda na comunidade financeira internacional onde até os seus mais tradicionais aliados hoje não escondem a sua irritação e a sua impaciência diante das autoridades econômicas brasileiras. A miragem de um acordo amplo, rápido e "revolucionário" que estaria ao alcance da mão mediante a utilização do "poder de pressão" conferido pelo tamanho da nossa dívida, substitui-se a de um longo e árduo caminho a ser percorrido, passo a passo, antes que possamos chegar à situação em que nos encontrávamos no momento da declaração da moratória que já não era boa.

O Clube de Paris, que reúne os credores oficiais (bancos e agências governamentais) do Brasil, deixou de lado as contemporizações e denunciou a falta de pagamentos do Brasil, confirmando que manterá fechadas para o País as suas agências de exportação — fato muito sério para um mercado interno em recessão e para uma economia que tem encontrado nas exportações a sua única válvula de escape — e confirmando também que só entrará num acordo com o País mediante negociações prévias e formais com o Fundo Monetário Internacional; os bancos do Japão, país que sempre procurou manter uma atitude simpática ao Brasil quanto à questão da dívida, vêem-se obrigados a reclassificar os créditos brasileiros, o que é um mau presságio desde que se sabe que o papel do Japão junto às agências e bancos internacionais dedicados ao financiamento do desenvolvimento dos endividados é cada vez mais importante; da França, outro país de onde o Brasil recebia, até pouco tempo atrás, repetidas manifestações de apoio e compreensão, chega-nos uma irritada entrevista de um grande banqueiro local, Jean Maxine Leveque, do Credit Lyonnais, taxando de "inaceitável" a última proposta do sr. Bresser Pereira ao Comitê de Bancos Credores norte-americanos e afirmando que, quanto aos bancos comerciais franceses credores do Brasil, eles "jamais assinarão qualquer acordo com o País sem um acordo paralelo com o FMI"; finalmente, conhecida já a proposta brasileira e diante dos seus reclamos por novas fórmulas de tratamento para os endividados, o diretor do FMI, Michael Camdessus, discursa em Nova York para reafirmar que "não existe outra forma satisfatória

senão a atual para abordar o problema da dívida externa" e para sugerir aos países devedores que "abandonem as exigências utópicas" e "façam o possível para intensificar o clima de colaboração e de confiança mútua"... (No final de sua gestão o sr. De Larosiére já era bem menos ortodoxo.)

Tanto ele quanto Barber Conable, do Banco Mundial (Bird), que também discursou anteontem em Nova York, reconhecem que os mecanismos existentes não são suficientes e admitem estudar "novos instrumentos imaginativos desde que respeitem as normas do mercado e sejam adotados de comum acordo por credores e devedores", mas não alimentam nenhuma ilusão a respeito dessa possibilidade: "Nosso objetivo", disse Conable, "é nos esforçarmos para restabelecer a solvência e o retorno ao mercado de capitais num prazo de cinco a sete anos, de países como o Brasil, México, Argentina e Venezuela", o que poderá ser conseguido "desde que" — e aqui Conable e Camdessus concordam novamente — "haja um esforço de ajuste dos países devedores com a abertura de suas economias e de cooperação com os países credores"...

É este, resumidamente, o clima que envolve o Brasil no cenário da comunidade financeira internacional. Para suprema humilhação dos responsáveis pela criação desse clima — a equipe Funaro, que via nos Estados Unidos o grande inimigo a ser destruído —, a única exceção nesse cenário é exatamente o governo norte-americano, que, por meio do seu secretário do Tesouro James Baker e até do presidente Reagan, continua envidando todos os esforços para que o Brasil volte a gozar do prestígio que tinha antes.

E se é este o resultado que colhemos da moratória na frente externa, na frente interna a situação é ainda mais angustiante. Justificava-se a moratória dogmática nas hostes peemedebistas afirmando-se que não era possível "continuar pagando a dívida com a fome do povo". Sugeria-se que cada tostão que deixássemos de "exportar" a título de pagamento aos credores seria um tostão "economizado" ou "capitalizado" pelo Brasil, que poderia ser aplicado no desenvolvimento nacional e para saciar a fome dos brasileiros. Execrava-se o FMI porque não nos deixava crescer. No entanto, passados seis meses de moratória, durante os quais deixamos de remeter para o Exterior 4,3 bilhões de dólares, e de nos submeter ao FMI, temos a recessão com soberania. A inflação não diminuiu, mas aumentou, devorando salários e espalhando a fome. O mesmo tipo de irresponsabilidade e amadorismo arrogante, misturado à mais surrada demagogia "justicialista", que levou o País à contestação frente à comunidade financeira internacional, levou à paralisação dos investimentos internos — além dos externos, é claro — e o partido que criticava a Velha República porque "privilegiava o mercado externo em detrimento do mercado interno" empurrou a economia nacional, sem condições de sobreviver por outro meio, a funcionar voltada quase que exclusivamente para o mercado externo no qual ainda consegue penetrar graças ao aviltamento geral dos salários dos brasileiros imposto pelo partido que "optou pelos pobres".

São estes os frutos da moratória. Agora, começamos a vislumbrar a possibilidade de sairmos desta armadilha por um caminho longo e penoso, graças a

atuação pessoal do ministro Bresser Pereira que no início foi abertamente contestada pelo PMDB.

Esperamos que o discurso que pronunciou ontem no FMI signifique que ele superou definitivamente suas inibições frente aos que nos empurraram para esta funesta aventura.

Afinal, nem mesmo o chanceler soviético que nos visita levou a sério a demagogia barata do velho presidente do PMDB sobre a dívida externa.